



**Rede CPLP
de Direitos
Humanos**

Comunicado conjunto

Tendo em perspetiva a abertura de um novo ciclo parlamentar na Guiné-Bissau, na sequência das eleições legislativas de 10 de março de 2019, a *REDE CPLP de Direitos Humanos* apela aos dirigentes dos seus países a desenvolverem esforços tendo em vista fortalecer a Instituição de Direitos Humanos daquele país, de forma a que a mesma seja efetivamente independente, em conformidade com os princípios de Paris.

Na última reunião, realizada em Lisboa, a 13 de dezembro de 2018, os membros da Rede tomaram nota, com preocupação, das condições precárias em que a Comissão Nacional de Direitos Humanos exerce o seu mandato na Guiné-Bissau. Trata-se assim de encorajar à criação de condições para que na República da Guiné-Bissau exista uma efetiva instituição independente destinada à defesa dos direitos dos cidadãos, seja através do reforço da já existente Comissão de Direitos Humanos, ou através da criação de um Provedor de Justiça cujas funções eventualmente integrem a vertente Direitos Humanos.

Os membros da Rede manifestam desde já a sua disponibilidade para apoiar a criação ou reforço de tal instituição, através de troca de experiências e de boas práticas, bem como no processo de acreditação junto das instâncias internacionais.

A Rede CPLP-Direitos Humanos é constituída pelas instituições Nacionais de Direitos Humanos e Provedores de Justiça de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Portugal.